



Imagem gerada por IA (Midjourney) a partir do termo: anachy

RELIGIÃO E DEMOCRACIA

REPRESENTATIVA DO SÉC. XIX AO XXI: RESENHA DE “DEUS E O ESTADO”

RELIGION AND REPRESENTATIVE DEMOCRACY FROM THE 19TH TO THE
21ST CENTURY: REVIEW OF “GOD AND THE STATE”

Felipe Klein Gussoli  [0000-0002-2585-6548](https://orcid.org/0000-0002-2585-6548)

Universidade Federal do Paraná

Resenha de:

BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Cortez, 1988.

Como citar: GUSSOLI, Felipe Klein. Religião e democracia representativa do séc. XIX ao XXI: resenha de "Deus e o Estado". *(des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, e46007, jan./jun. 2023.



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

De tempos em tempo resgatar o óbvio, o clássico, o fundamental, resguarda utilidade. O fragmento publicado como *Deus e o Estado* é um combate incisivo contra os idealistas, aqueles que sob qualquer título dão precedência às ideias em relação aos fatos. Para Bakunin, são os fatos que precedem às ideias, de forma que "toda a história intelectual e moral, política e social da humanidade é um reflexo de sua história econômica."¹ O idealismo, ao instaurar o privilégio do reino divino, dá aos céus as riquezas da terra, explora e oprime o povo em busca de riqueza e poder. Esses dois últimos elementos se complementam nefastamente, "a riqueza consolidando e aumentando o poder, o poder descobrindo e criando sempre novas fontes de riqueza, e ambos assegurando, melhor do que o martírio e a fé dos apóstolos, melhor que a graça divina, o sucesso da propaganda cristã."² Os dois elementos, a rigor pouco cristãos, são, para Bakunin, correlativos ao Estado e suas instituições, que "sucursais temporais destas diversas Igrejas, só tiveram igualmente por objeto principal essa mesma exploração em proveito das minorias laicas".³ A riqueza da outra minoria, daqueles integrantes do corpo religioso e estatal, é alimentada, assim, pelo poder das instituições e às custas do trabalho e da miséria das massas.⁴

Ao forjar a origem das manifestações humanas em Deus ou em algum análogo Ser Supremo, a humanidade irroga ao intangível um caráter absoluto, reduzindo-se por consequência ao nada e escravizando-se. Porque quem depende de revelações divinas dependerá fatalmente dos intermediários da relação com o Além: "Mas quem diz revelação diz reveladores, messias, profetas, padres e legisladores inspirados pelo próprio Deus (...)."⁵

Se qualquer sociedade crê num Deus, essa crença é inconciliável com a liberdade humana, pois a existência ideal de um senhor a quem obedecer implica na minoridade e submissão dos humanos. Por isso Bakunin inverte a frase de Voltaire, e diz que "se Deus existisse, seria preciso aboli-lo."⁶

O Bakunin autodeclarado socialista e materialista revolucionário sustenta serem três os pilares do desenvolvimento histórico humano: a animalidade do ser humano, o pensamento, e a revolta. Eles correspondem, respectivamente, à economia social privada, à ciência, e à liberdade. Os seres humanos se diferenciam dos demais animais pela capacidade de conhecer, de pensar, mas também pela "*necessidade de se revoltar*".⁷ O materialismo, ao contrário do idealismo, reconhece a animalidade do ser humano capaz da ciência e da revolta em direção à liberdade de todos indistintamente; liberdade que constitui o objetivo da humanidade e sentido da história.⁸

¹ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 9.

² BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 50.

³ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 51.

⁴ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 51.

⁵ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 24.

⁶ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 28.

⁷ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 9.

⁸ "[...] o grande, o verdadeiro objetivo da história, o único legítimo, é a humanização e emancipação, é a liberdade real, a prosperidade de cada indivíduo vivo na sociedade. A menos que se recaia nas ficções liberticidas do bem público representado pelo Estado, ficções fundadas sempre sobre a imolação sistemática do povo, deve-se reconhecer que a liberdade e a prosperidade coletivas só existem sob a condição de representar a soma das liberdades e das prosperidades individuais" (BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 65).

Assim como os indivíduos não são abstrações, a liberdade em Bakunin não é a liberdade dos liberais. Ela não termina onde começa a do seu semelhante; ela não é garantida por uma autoridade externa. Rejeita-se a autoridade, pois a verdadeira liberdade independe mesmo de uma garantia exterior. A ampliação da instrução e da ciência ao povo tornaria despiciendo qualquer sistema de controle da liberdade, pois a auto-organização social se encarregaria de pacificar as relações e de fazer com que cada um reconhecesse naturalmente os limites de seu agir. A revolução social, com o fim dos sistemas metafísicos religiosos, o que contempla também o fim do Estado, permitirá alcançar a emancipação e a liberdade verdadeira.⁹

Há, porém, uma autoridade admitida pelo anarquista, que é aquela a ele imposta pela sua própria razão, que aconselha a aceitação da especial opinião de um terceiro em virtude das condições qualificadas que legitimam aquela opinião para uma dada questão. É prudente, por isso, aceitar o conselho do sapateiro, do médico, do engenheiro, etc. A aceitação dessas autoridades, geralmente respaldadas na ciência, é, portanto, legítima, embora não seja definitiva, pois não há autoridade alguma infalível. Há, mesmo em face da autoridade legítima, um "direito incontestável de crítica e de controle".¹⁰

O grande valor dado à ciência por Bakunin não significa que credite a ela o poder absoluto de guiar a humanidade. Afinal, "a ciência tem por missão única iluminar a vida, e não governá-la."¹¹ A abstração científica advinda do método que lhe é próprio é inevitável, característica sua, e nem pode-se lhe exigir categorização diversa, já que a missão da ciência "é ocupar-se da situação e das condições gerais da existência e do desenvolvimento, seja da espécie humana em geral, seja de tal raça, de tal povo, de tal classe ou categoria de indivíduos, das causas gerais de sua prosperidade, de sua decadência e dos meios gerais bons para fazê-los progredir de todas as maneiras."¹² Mas essa constatação deve estar acompanhada da consciência dos limites da ciência e do conhecer, um projeto sempre inacabado e que não pode nunca superar a vida e sequer compreender em sua inteireza as individualidades concretas.¹³

Por isso, se engana alguém ao pensar que o Deus passa a ser Ciência, com inicial maiúscula. Bakunin é crítico da condução científica de qualquer sociedade, na medida em que sustenta a inevitável corrupção moral e intelectual dos bons intentos dos homens de ciência sempre que se arvoram no direito de governar.¹⁴

⁹ "As autoridades mais recalcitrantes devem admitir que aí então não haverá necessidade de organização, nem de direção nem de legislação políticas, três coisas que emanam da vontade do soberano ou da votação de um parlamento eleito pelo sufrágio universal, jamais podendo estar conformes às leis naturais, e são sempre igualmente funestas e contrárias às liberdades das massas, visto que elas lhes impõem um sistema de leis exteriores, e conseqüentemente despóticas. A liberdade do homem consiste unicamente nisto: ele obedece às leis naturais porque ele próprio as reconheceu como tais, não porque elas lhe foram impostas exteriormente, por uma vontade estranha, divina ou humana, coletiva ou individual, qualquer" (BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 31).

¹⁰ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 34.

¹¹ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 62.

¹² BAKUNIN, *Deus e o Estado*, pp. 65-66.

¹³ "As abstrações só caminham conduzidas por homens reais. Para esses seres formados, não somente em ideia, mas em realidade, de carne e de sangue, a ciência não tem coração. Ela os considera quando muito como carne para desenvolvimento intelectual e social" (BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 65).

¹⁴ "Um corpo científico, ao qual se tivesse confiado o governo da sociedade, acabaria logo por deixar de lado a ciência, ocupando-se de outro assunto; e este assunto, o de todos os poderes estabelecidos, seria a sua eternização, tornando a sociedade confiada a seus cuidados cada vez

A defesa nesse aspecto é da "*revolta da vida contra a ciência*, ou melhor, contra o *governo da ciência*, não para destruir a ciência – seria um crime de lesa-humanidade – mas para recolocá-la em seu lugar, de maneira que ela não possa jamais sair de novo."¹⁵ O modo de realizar tal desiderato é disseminar a ciência nas massas. Ainda que se reconheça a vocação de poucos para a dedicação exclusiva à ciência, para o que a sociedade do futuro deverá se atentar, o fundamental é a democratização do conhecimento para que ele faça parte do cotidiano de todo indivíduo. Fator que remediará, ademais, a tentativa de um governo de especialistas.¹⁶

O princípio da corrupção moral e intelectual dos cientistas aplica-se à política: "Mas o que é válido para as academias científicas, o é igualmente para todas as assembleias constituintes e legislativas, mesmo quando emanadas do sufrágio universal. Este último pode renovar sua composição, é verdade, o que não impede que se forme, em alguns anos, um corpo de políticos, privilegiados de fato, não de direito, que, dedicando-se exclusivamente à direção dos assuntos públicos de um país, acabem por formar um tipo de aristocracia ou de oligarquia política."¹⁷

A argumentação de Bakunin no fragmento é intercalada a todo momento com a percepção de que Igreja e Estado se equiparam em seu fundamento, qual seja, aquele de que uma casta privilegiada e diminuta de sujeitos classificados como mais capazes do que outros têm o direito (senão o dever) de mandar. Ao passo que, por exclusão, a maioria dos sujeitos menos capazes deve obedecer. É a contraposição que faz funcionar tanto a Igreja quando o Estado, radicada na distinção última entre os *mais inspirados* e os *menos inspirados* para conduzir os desígnios do bem comum, e que tem no conceito de *autoridade* o seu fio condutor.¹⁸

O Estado legislador, para Bakunin, não representa a vontade popular da massa enebriada pela religião. Representa, sim, os interesses restritos de uma minoria que, valendo-se – de boa ou má-fé – de recursos retóricos e oportunistas convence a humanidade do que pretensamente é melhor para ela.¹⁹ Um anarquista não admite a condução de seu destino por pretensos gênios ou virtuosos. Não importa a forma de governo escolhida, monarquia ou república, ou suas formas híbridas: se há uma tutela oficial não há liberdade.²⁰

Para Bakunin, escrevendo no século XIX e fazendo o esboço histórico da burguesia desde o século XVIII, entende-a classe dominante que defende e conserva o Estado em favor de seus interesses egoístas. Estado esse, que, por sua vez, "é a força, e tem, antes de mais nada, o argumento triunfante do fuzil."²¹ Mas se o Estado fizesse uso

mais estúpida e, por consequência, mais necessitada de seu governo e de sua direção." (BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 33).

¹⁵ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 66.

¹⁶ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, pp. 70-71.

¹⁷ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 33.

¹⁸ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, pp. 59-60.

¹⁹ "Numa palavra, rejeitamos toda legislação, toda autoridade e toda influência privilegiada, titulada, oficial e legal, mesmo emanada do sufrágio universal, convencido de que ela só poderia existir em proveito de uma minoria dominante e exploradora, contra os interesses da imensa maioria subjugada. Eis o sentido no qual somos realmente anarquistas" (BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 37).

²⁰ "O povo, nesse sistema, será eterno estudante e pupilo. Apesar de sua soberania fictícia, ele continuará a servir de instrumento a pensamentos e vontades, e consequentemente também a interesses que não serão os seus." (BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 40).

²¹ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 93.

apenas da força como razão de seu agir, o tempo levaria fatalmente à sua derrocada e da classe que o domina. A força desgasta o povo a ponto de, em algum momento não tão longínquo, lhe fazer perder a paciência. Eis então que “Para impor-lhe respeito, é-lhe absolutamente necessária uma sanção moral qualquer. É preciso, além do mais, que esta sanção seja simultaneamente tão simples e tão evidente que possa convencer as massas, que, após terem sido reduzidas pela força do Estado, devem ser levadas ao reconhecimento moral de seu direito.”²² As duas formas que existem para o reconhecimento da legitimidade do Estado e de seu direito pelo povo, segundo Bakunin, são ou a religião ou a satisfação de todas as necessidades de cada um do povo. Como essa segunda opção implicaria na extinção do Estado – pois preencher as todas as necessidades do povo significaria extinguir a classe burguesa que constitui o Estado e explora o povo –, o que se mostra inviável (ao menos por ora), sobra como suporte de legitimação a religião. Por isso que “não pode existir Estado sem religião.”²³ Bakunin não viveu para ver a razão neoliberal se espalhar pelo mundo, o que talvez lhe daria uma terceira via teórica de sustentação do Estado: a ideologia neoliberal.

Há outro empecilho a sistemas que atribuem a certas pessoas autoridade para decidir por alguém, para representar alguém, ou para intermediar relações com autoridade. Esse empecilho é a contradição lógica que existe entre a característica servil de uma função e a simultânea característica de superioridade dessa mesma função. Bakunin analisa a figura do padre bondoso que usa do rigor com seu rebanho, e deixa implícita conclusão que muito bem se aplica a qualquer representante hoje eleito do povo – ou a agentes públicos incumbidos de servir ao povo – e que para tal tarefa oficial gozam de autoridade e prerrogativas: “Um senhor que comanda, oprime e explora é um personagem muito lógico e completamente natural. Mas um senhor que se sacrifica àqueles que lhe são subordinados pelo seu privilégio divino ou humano é um ser contraditório e completamente impossível. É a própria constituição da hipocrisia, tão bem personificada pelo papa que, ainda que se dizendo o *último servidor dos servidores de Deus*, e por sinal, seguindo o exemplo do Cristo, lava uma vez por ano os pés de doze mendigos de Roma, proclama-se ao mesmo tempo vigário de Deus, senhor absoluto e infalível do mundo.”²⁴

A crítica da religião cristã domina o excerto. Mas excluir a figura do Deus do cristão e proclamar a hegemonia metafísica e abstrata do que é belo e justo, como fizeram certos idealistas, também não é suficiente segundo Bakunin para alcançar a verdadeira liberdade e se emancipar. Essa troca, inocente, implicitamente afirma a incapacidade da humanidade, com sua inata animalidade pensante, de produzir por si só algo belo e justo na concretude da vida terrena.²⁵

A forma de alcançar a liberdade está em extirpar os traços de qualquer metafísica escravizante. Está ainda em deixar ao povo a árdua tarefa de humanizar a vida. No excerto, o caminho para aquele objetivo é a *revolução social*, cuja cartilha é: “destruí todas as

²² BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 93.

²³ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 94.

²⁴ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 43.

²⁵ “Divinizando as coisas humanas, os idealistas conseguem sempre o triunfo de um materialismo brutal. E isto por uma razão muito simples: este divino se evapora e sobra para sua pátria, o céu, e só o brutal permanece realmente sobre a terra” (BAKUNIN, *Deus e o Estado*, p. 41).

instituições da desigualdade; estabeleci a igualdade econômica e social de todos, e, sobre esta base, elevar-se-á a liberdade, a moralidade, a humanidade solidária de todos."²⁶

Referências

BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Cortez, 1988.

²⁶ BAKUNIN, *Deus e o Estado*, pp. 46-47.

SOBRE O AUTOR

Felipe Klein Gussoli

Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. E-mail: gussoli@hotmail.com.